

A ATUAÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES NAS ESCOLAS DE JURUPIRANGA/PB

Maria de Fátima da Silva
Faculdade Brasileira de Ensino Pesquisa e Extensão (FABEX)
fatima_orientadora25@yahoo.com.br

Gilson Tavares Paz Júnior
Fundação de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e a Extensão (FURNE)
gtpj@ig.com.br

Maria José Pessoa de Andrade Araújo
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
zeliap.araujo@gmail.com

Petronila Beatriz Lopes Guedes
Fundação de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e a Extensão(FURNE)
petronila.guedes@ig.com.br

Resumo

Este estudo tem como objetivo apresentar questões relacionadas à democratização da gestão escolar, através da implantação, regulamentação e atuação dos Conselhos Escolares. Com isso, foca a Gestão Democrática, tendo no Conselho Escolar o espaço onde a sociedade civil participa da dinâmica das relações de poder e formulações de ações que ocorrem no interior da unidade escolar. Trata-se de um estudo qualitativo, sob a forma de um estudo de caso, de cunho exploratório. A pesquisa de campo foi realizada nas escolas estaduais e municipais do município de Juripiranga/PB. Os dados foram obtidos por meio de questionário, composto com perguntas abertas acerca do objeto investigado, sobre a organização e funcionamento do Conselho Escolar. Os resultados evidenciam que a gestão democrática é atualmente um valor ainda não totalmente compreendido e incorporado à prática social, no interior da escola pública, porém o Conselho escolar pode constituir-se como um recurso de participação humana e de representação social contribuindo para o exercício da gestão escolar democrática e para uma escola pública, que se almeja de qualidade.

Palavras chave: gestão escolar democrática; participação; conselho escolar.

1. INTRODUÇÃO

Os Conselhos Escolares sempre tiveram um papel secundário em muitas escolas, isso quando eles tinham algum papel definido de fato. Com a promulgação da Constituição de 1988 e depois com a Nova Lei de Diretrizes e Bases – Lei 9.394/96, várias ações vêm sendo desenvolvidas em prol da implantação e do fortalecimento dos Conselhos Escolares, mediante ações do Ministério da Educação, através do Programa Pró Conselhos.

A gestão democrática da educação formal está associada ao estabelecimento de mecanismos legais e institucionais e à organização de ações que desencadeiem a participação social em vários aspectos: na formulação de políticas educacionais; no planejamento; na tomada de decisões; na definição do uso de recursos e necessidades de investimento; na execução das deliberações coletivas; nos momentos de avaliação da escola e da política educacional. Também na democratização do acesso e nas estratégias que garantam a permanência do aluno na escola, tendo como horizonte a universalização do ensino para toda a população, bem como o debate sobre a qualidade social dessa educação.

Não existe uma Lei que trate apenas da criação e legislação dos Conselhos escolares. Geralmente ela vem atrelada nas deliberações de uma instância maior, nesse caso, o Conselho Estadual de Educação e no nosso caso ao Conselho Estadual de Educação da Paraíba. Em 2009, no Estado da Paraíba foi criada e empossada na Secretaria de Educação uma Comissão Executiva de Acompanhamento dos Conselhos Escolares. O foco principal desta comissão é fortalecer a gestão democrática das escolas da rede pública estadual.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS/ TÉCNICAS DE PESQUISA OU INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Utilizando de análise teórica e pesquisa empírica, o trabalho pretendeu entender, refletir sobre possíveis contribuições de uma gestão democrática, onde os conselhos escolares, têm um papel importante de órgão consultivo e deliberativo também, no funcionamento cotidiano das escolas.

Foram utilizados questionários e entrevistas com os membros integrantes das escolas que tem implantados conselhos escolares e UEX, que servirão de cenário

das observações, análises e aplicações de propostas. A pesquisa demonstra o sucesso, a relevância da parceria Conselho Escolar e corpo gestor.

A coleta de dados foi realizada mediante aplicação de técnicas consideradas apropriados para o atendimento dos objetivos da pesquisa participativa, definindo estratégias para a viabilização. Para a análise desses dados serão adotadas a observação participante e a entrevista não estruturada.

3.RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os Conselhos Escolares em Juripiranga foram implantados em 1998, pela então Secretária de Educação Zenaide Saraiva, que o socilitara a criação desta instância nas escolas em atendimento a Nova LDB – 1996.

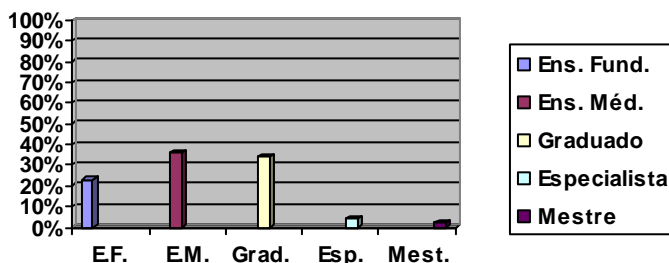
Outra razão à época para atender as exigências de criação de Conselhos escolares deve-se a formação das Unidades Executoras – UEX. Essa Unidades são as entidades jurídicas, para entre outras, possibilitar ao FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação liberar verbas diversas - PDDE/ PDE, para as escolas, via repasse direto. Infelizmente a história dos Conselhos Escolares em Juripiranga, nasce como na maioria de outros municípios, com o único princípio de angariar fundos para as escolas, negligenciando o importante princípio democrático.

Das 05 escolas municipais pesquisadas no município, todas têm Conselhos Escolares, totalizando 2.200 alunos que convivem com essa realidade. As 02 escolas estaduais existentes também possuem Conselho Escolar, totalizando 1420 alunos cujo cotidiano é permeado pela existência do Conselho.

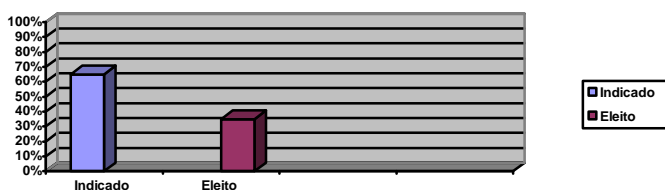
1) Quanto ao número de Conselhos nas escolas estaduais e municipais:



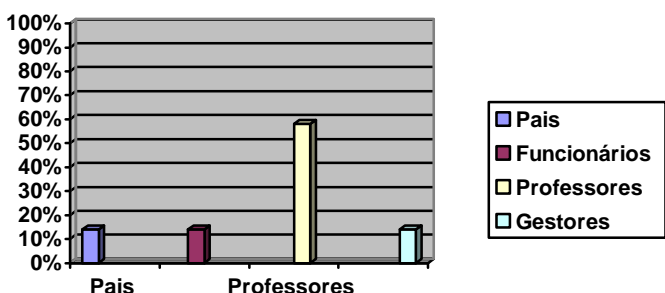
- 2) Quanto a formação acadêmica dos conselheiros, verifica-se que um número expressivo tem o ensino médio e fundamental. Já com o nível de Mestrado ainda é pequeno.



- 3) Quanto à eleição dos membros, os dados indicaram que um pouco de 60% dos conselheiros são indicados pelas suas bases de representação, apenas cerca de 35% são indicados a partir do processo de escolha direta por seus membros.:



- 4) A representatividade das categorias no Conselho Escolar demonstra que os professores tem o maior número de assento no Conselho seguido equitativamente pelos pais, funcionário e em número proporcional pelos gestores.



Outras informações levantadas no período de março a junho, despertam a atenção para características básicas do perfil das Escolas e Conselhos Escolares estaduais e municipais de Juripiranga. A falta de conhecimento da sociedade sobre seu funcionamento, os processos acidentados de escolha dos representantes e a grande rotatividade dos docentes aparecem como algumas dificuldades apontadas

para o seu funcionamento. O aspecto positivo é que os conselhos escolares já estão presentes em todas as unidades da rede estadual e municipal de Juripiranga, mas, ainda não conseguem desempenhar plenamente seu papel de promover a gestão democrática do ensino público.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o pensamento dos atores escolares, podemos concluir que mesmo desenvolvendo uma função que tem também seu caráter normativo, como assinalam com mais ênfase, os professores e alguns representantes da equipe técnica, o Conselho Escolar da escola pesquisada, apesar de inúmeras dificuldades e limitações, representa sem dúvida uma iniciativa que vem contribuindo para a construção de uma cultura participativa no âmbito da instituição escolar.

As situações de adversidades, as agruras nas quais a sociedade se encontra inserida, onde a falta de ética e de solidariedade por vezes “imperam”, não podem ser tidas como motivo de desesperança, mas, ao contrário dever servir como motivação e elementos de reflexão-ação com vista a transformação social e a melhoria da qualidade das nossas relações. A gestão democrática é um processo em construção, complexo e possível, se tecido junto, de forma intencional, a partir da organização de processos coletivos, a exemplo dos Conselhos, podemos vislumbrar boas práticas democráticas. Esse foi o caminho trilhado pelo município de Juripiranga na implantação e formação continuada dos Conselhos Escolares, visando o fortalecimento da democratização da gestão.

5. REFERENCIAS

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

LÜCK, Heloísa et al. *A escola participativa* : o trabalho do gestor escolar. Rio de Janeiro : DP&A, 1998.

DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. São Paulo, Cortez, 2003.

Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares - cadernos 01ao 11-MEC, Brasília – DF, 2006.